

ARTIGO

Reflexões sobre o Projeto
New Dimensions In Testimony
PASSADO PRESENTE E
PRESENTE AMPLIADO

SABRINA COSTA BRAGA
Universidade Federal de Goiás
Goiânia | Goiás | Brazil
sabinacostabraga94@gmail.com
orcid.org/0000-0001-9164-7560

O projeto *New Dimensions in Testimony* integrou técnicas avançadas de filmagem e reconhecimento de voz a fim de apresentar a possibilidade de interação, em linguagem natural, com o holograma de um sobrevivente do Holocausto que pode não estar mais vivo. Este artigo é uma tentativa de organização de reflexões em torno do estranhamento inicial causado pelo contato com o projeto. Para isso, mobilizo as noções de presença, presente amplo e presentismo para pensar os hologramas como um elemento temporalmente não pertencente, um excesso tanto de passado quanto de presente.

Hologramas – Presença – Presente amplo – Presentismo

ARTICLE

Reflections on the
New Dimensions in Testimony
Project
PAST PRESENT AND
BROAD PRESENT

SABRINA COSTA BRAGA
Universidade Federal de Goiás
Goiânia | Goiás | Brazil
sabinacostabraga94@gmail.com
orcid.org/0000-0001-9164-7560

The *New Dimensions in Testimony* project integrates advanced filming and voice recognition techniques to present the possibility of interacting, in natural language, with the hologram of a Holocaust survivor who may no longer be alive. This article is an attempt to organize reflections around the initial estrangement caused by the contact with the holograms. For this, I mobilize notions such as of presence, broad present and presentism in order to think of holograms as a temporally non-belonging element, an excess of both past and present.

Holograms – Presence – Broad Present – Presentism

PRIMEIRAS IMPRESSÕES: HISTÓRIA? MEMÓRIA?

Há mais de duas décadas, LaCapra (1998, 12) já constatava que o crescente interesse pelos testemunhos da Shoah se devia à idade avançada dos sobreviventes e à sensação causada de que a “memória viva” se tornaria, em breve, coisa do passado. Especialmente a partir do Julgamento de Eichmann, como argumentei melhor em outro momento (Braga 2022, 65-77), os testemunhos dos sobreviventes insurgiram como uma forma privilegiada na tentativa de apreender o teor inimaginável do passado traumático. Assim, a memória passou a ocupar um espaço cada vez mais amplo tanto na historiografia quanto paralelamente à ela no que diz respeito ao lugar da catástrofe no discurso público e à formação de identidades nacionais no pós-guerra. A USC Shoah Foundation (antes chamada Survivors of the Shoah Visual History Foundation) foi idealizada por Steven Spielberg após a gravação do filme *Schindler's List* (1993) com o objetivo de coletar o maior número possível de histórias de sobreviventes. O instituto conta hoje com mais de 55 mil depoimentos em vídeo em 43 idiomas diferentes com uma duração média de duas horas cada. Ao comentar sobre a empreitada descomunal da fundação, Hartog (2011, 207-208) chamou atenção para o fato de que essa atribuição de valor pedagógico à memória a leva a ir da testemunha para o espectador sem o intermédio do historiador, tratando-se da tentativa de “tornar presente a realidade de um passado pela mediação do virtual”.

Alguns anos após o comentário de Hartog, a USC Shoah Foundation lançou um novo projeto utilizando tecnologias digitais com o propósito de contribuir com o processo de aprendizagem do Holocausto pela via da possibilidade de interação. Possivelmente a resposta mais incisiva ao que se há de fazer quando não houver mais sobreviventes, *New Dimensions in Testimony* é um projeto holográfico que integra técnicas avançadas de filmagem e softwares de reconhecimento de voz para criar o que foi chamado de “biografia interativa”. Para que essa interação aconteça, são usados testemunhos pré-gravados de sobreviventes em uma sala de tecido verde cercada por câmeras e iluminação adequadas para a captura de uma imagem 3D. Anita Lasker Wallfisch, uma das sobreviventes a participar do projeto, respondeu a 1250 questões em cinco dias de gravação a fim de viabilizar essas posteriores conversas em linguagem natural com uma exibição holográfica que dispensasse o uso de óculos 3D. Segundo Stephen Smith (2014), diretor da fundação, *New Dimensions in Testimony* mudou a história oral irreversivelmente.



Figura 1: Anita Lasker Wallfisch gravando entrevista para o projeto *New Dimensions in Testimony*
Fonte: USC Shoah Foundation. Disponível em: <https://sfi.usc.edu/news/2015/09/10073-anita-lasker-wallfisch-records-interview-new-dimensions-testimony>



Figura 2: Conversa com o holograma de Pinchas Gutter
Fonte: USC Shoah Foundation. Disponível em: https://ict.usc.edu/wp-content/uploads/2021/09/New-Dimensions-in-Testimony_Overview.pdf

Pergunto-me, entretanto, se um projeto do tipo pode, de fato, ser tomado como história. Em caso positivo, a história seria uma espécie de repetição do passado no presente e não uma narrativa (transpassada inevitavelmente por questões presentes) sobre o passado. Aproximar-se-ia, então, a biografia interativa em forma de holograma mais da memória? Os testemunhos de sobreviventes são, certamente, um ato de memória, especificamente de uma memória traumática cuja manifestação é diversa e serve a uma temporalidade própria. A memória é, assim, viva. Afirmação que se pode elucidar recorrendo aos próprios testemunhos gravados pela USC Shoah

Foundation com sobreviventes em diferentes momentos de suas vidas¹: mesmo que as mesmas perguntas sejam feitas, com o passar dos anos as respostas serão distintas. Isso porque lacunas serão preenchidas pela imaginação, porque os testemunhos serão informados por outros testemunhos e por novas descobertas acerca das diversas faces da Shoah e também porque as pessoas tenderão a dar conta de questões contemporâneas a elas mesmo tratando de um passado cada vez mais longínquo. Assmann (2011, 115-117) recorre à noção freudiana de *Nachträglichkeit* para apontar que, na memória, há uma perda irrecuperável e uma recriação suplementar, ou seja, as percepções são interpretadas apenas no ato da recordação que não é reconstituição e, sim, reescrita. Se a memória coloca questões para a história justamente por se referir a problemas ainda vivos – um passado que não passou –, como defende LaCapra (1998, 8), a interação com uma pessoa que não vive mais não daria um nó nessa lógica?

É possível conversar com um sobrevivente do Holocausto pelo seu computador, em casa, em inglês. Nesse caso, não haverá um holograma propriamente dito, como no Illinois Holocaust Museum and Education Center, mas uma imagem em um fundo neutro que responde a perguntas que a partir do recurso do reconhecimento de voz ou transcrição. Há, no site da USC Shoah Foundation, uma breve biografia de cada um dos sobreviventes disponíveis no projeto, bem como *guidelines* que indicam como deve ser a interação, as quais vão desde a generalização “faça perguntas significativas” até a orientação para ter certeza de que o microfone está ligado. Escolhi interagir com a representação de Max Eisen, um sobrevivente de Auschwitz que perdeu toda a família nos campos e, em 2014, testemunhou no julgamento do nonagenário ex-SS Reinhold Hanning. A sensação inicial foi de desconforto, como se de alguma maneira eu estivesse desrespeitando aquela pessoa ao falar com o holograma de maneira tão displicente, visando não saber mais sobre a história dele, mas testar e julgar a tecnologia que o colocava diante de mim. A gama de perguntas que podem ser respondidas com precisão é surpreendente, mas não a ponto de fazer com que se pareça com uma conversa real: muitas vezes as respostas são exaustivamente longas; não é possível fazer referência a uma pergunta feita anteriormente; com frequência é preciso reformular as perguntas; e como o funcionamento se dá a partir de palavras-chave, acontece de uma pergunta específica receber uma resposta muito geral, ou que não a responde. Por exemplo, se a palavra “comida” é mencionada, ela será reconhecida e a resposta dada será sobre a alimentação nos campos de concentração, mesmo que a pergunta não tenha sido essa. O que se pode concluir é que os hologramas de fato respondem a perguntas, mas essas perguntas não são as nossas. Eisen faleceu em julho deste ano, informação que eu já tinha antes da interação. Em algum momento, perguntei o que eu sabia que não poderia ser respondido, perguntei se ele ainda estava vivo (*are you still alive?*) ao que ele respondeu como se eu tivesse perguntado como ele conseguiu sobreviver (*how are you still alive?*).

¹ Por exemplo, o participante inaugural do projeto *New Dimensions in Testimony*, Pinchas Gutter, foi anteriormente gravado em 1995 (com a duração de duas horas), em 2014 para transformar-se em holograma e novamente em 2017 (dessa vez com três horas de duração).

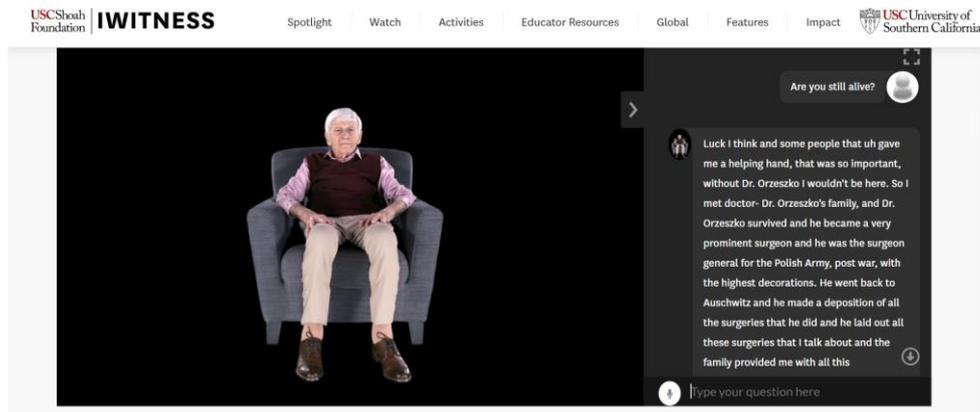


Figura 3: Conversa com Max Eisen
 Fonte: USC Shoah Foundation. Disponível em:
<https://iwatch.usc.edu/dit/maxeisen#haveaconversation>

Se a intenção seria, de fato, tornar presente a realidade de um passado através do virtual, o resultado do projeto não se aproxima da memória mais do que qualquer outro tipo de testemunho. Pelo contrário, enquanto testemunhos gravados anteriormente – incluindo aqueles da própria USC Shoah Foundation – visavam documentar a história dos sobreviventes de modo que os deixou livres para falarem por si, a gravação para o projeto holográfico esteve subordinada a muito mais questões técnicas. Em abril deste ano, durante o encontro do INTH realizado em Puebla, Lars Deile apontou para o problema da autoria levantado a partir dos hologramas, afinal, as respostas devem ser formuladas de uma maneira que envolva mutuamente a impressão simulada de autenticidade e o imediatismo, o que faria com que os verdadeiros autores dessas histórias, suas testemunhas, se tornassem invisíveis. Estaríamos, então, diante de uma mudança no que foi chamado de “a era da testemunha” (Wieviorka 2006) – caracterizada pelo alargamento do lugar do testemunho, sua saída do arquivo para a mídia, em especial? Uma mudança que pressupõe não o silenciamento característico do momento de latência que precedeu a década de 1970, mas um apagamento pelo uso deliberado da imagem e representação de um sobrevivente que já não tem muito tempo de vida?

Para Deile, a questão da autoria viola princípios fundamentais da profissão histórica e, para ilustrar tal afirmação, recorre à primeira tese de Benjamin (2012, 9) sobre a história: o autômato construído de modo que um boneco parece ser capaz de vencer todas as partidas de xadrez, mas é na verdade controlado por um anão corcunda. Uma história aparente que esconde suas presunções filosóficas e interesses ideológicos está longe de ser um problema novo ou exclusivo dos hologramas de sobreviventes. Ainda assim, os hologramas, em particular, são exemplares de como a urgência do desenvolvimento tecnológico se antecipa à mediação do historiador ao passo que falha em impedir o fim da memória viva, pois transformam o sobrevivente em um fantoche controlado. Mas a serviço do que?

PRESENTISMO E PRESENTE AMPLO

uma ocupação temporal

O livro de Hartog, lançado inicialmente em 2003, sobre os regimes de historicidade, mostrou-se capaz de fornecer um vocábulo e categorias de grande impacto, recebeu muita atenção e também muitas críticas. Hartog (2013) apresenta uma hipótese (a do presentismo) e um instrumento (o regime de historicidade). Em um capítulo de livro publicado recentemente, Hartog (2022) reafirma que o diagnóstico do momento presente como presentismo² foi resultado do distanciamento necessário tomado para comparar o presente e o passado focando em momentos de crise. O que ele afirma, portanto, é que passamos de uma configuração na qual o futuro era a categoria dominante para uma nova que investe o presente desse papel. Enquanto o século XIX teria sido em grande parte futurista, colocando em primeiro plano as noções de progresso, aceleração e modernização, a Segunda Guerra Mundial instaura uma crise no futuro que se desvelou mais tarde, a partir da década de 1970. A urgência com que são desenvolvidas novas tecnologias multiplica as possibilidades de exploração do que convém chamar “tempo real” e, destarte, passa a ser preciso estar cada vez mais em sintonia com o próprio tempo e viver neste tempo: um tempo presente que se esvai no momento ao passo em que se expande nas direções do passado e do futuro (Hartog 2022, 17-18).

Se Runia (2006) atribuiu à necessidade de presença a expansão do lugar da memória nos estudos históricos, do clamor pelo dever de rememorar, dos museus e demais espaços de comemoração, Hartog (2022, 18) coloca na conta do presentismo. O presentismo abandonaria a história em favor de uma certa memória, prolongando o presente em direção ao passado ao evocar momentos específicos desse passado, enquanto a única abertura para o futuro indicaria, antes, uma reiteração: “nunca mais”. Em contraposição à história dos vencedores, a memória teria aberto espaço para os esquecidos, as vítimas. Para ele, enfrentar um “passado que não passa” é, também, uma forma de enfrentar um presente canibal. Tratar o passado das grandes catástrofes da humanidade, em particular a Shoah, como “o passado que não passa” é fazer uma referência perigosa à qual Rousso também recorreu. Para Rousso (2016, 221-222), o passado que não passa é portador de um regime de historicidade singular capaz de nos tornar artificialmente contemporâneos dos sofrimentos infligidos a toda uma coletividade de maneira que retoma um debate antigo entre os partidários da memória e do esquecimento privilegiando os primeiros, afinal, o acontecimento (genocídio) é insuperável. Em outro momento, Rousso (2020, 71-78) colocou a Shoah, o marco do que de pior foi cometido na história recente na Europa, como um marcador dessa identidade europeia e, para isso, usou o conceito de memória negativa. Uma memória negativa abarcaria a memória nacional europeia como construída na superfície de suas tragédias e marcaria o deslocamento da memória de patriótica a vitimária. O questionamento é até que ponto essa memória negativa pode e deve ser imposta, como a homenagem às

² O presentismo como diagnóstico e conceito toma significações e valorações distintas que não serão aprofundadas neste artigo, mas que podem ser observadas, por exemplo, na recente controvérsia gerada por um artigo muito mal recebido de autoria do presidente da *American Historical Association*, James H. Sweet. O artigo intitulado *Is History History? Identity Politics and Teleologies of the Present* foi alvo de uma enxurrada de críticas em redes sociais, recebeu comentários em resposta de historiadores como Joan Scott, respostas de outras associações de historiadores e acabou tendo um pedido de desculpas de Sweet anexado à publicação original.

vítimas e caça aos responsáveis poderia oferecer algum horizonte para as novas gerações.

Rouso fez referência a Ernst Nolte para tratar de um supostamente prejudicial excesso de memória. Dentro do que ficou conhecido posteriormente como *Historikerstreit*, Nolte publicou, em 1986, um artigo intitulado *Vergangenheit, die nicht vergehen will* (o passado que não quer passar) no qual, recorrendo a uma estratégia revisionista, relativizou os crimes nazistas ao transferir o foco para a ideia da luta do Ocidente contra o bolchevismo. Nessa perspectiva, Auschwitz seria uma derivação dos *gulags*, uma reação, e a Shoah seria um passado que condena o presente e tenta tomar o seu lugar. A intenção não é acusar Rouso de relativizar os crimes nazistas como fez Nolte, mas realçar que também existem riscos no argumento que tenta fazer um passado passar, afinal, o passado traumático pode, de fato, ser um passado que não passa e que se deseja fazer passar, mas não há presente ou futuro que suporte um passado recalcado. O passado traumático não é um passado a ser enfrentado, mas confrontado (e elaborado). Seriam, então, os hologramas um sintoma desse passado que não passa ou mais uma tentativa de elaboração do trauma? É possível ver por esse ângulo e também é possível descartar as duas opções, afinal, ao usar a tecnologia para criar uma conexão emocional, cria-se uma repetição, mas não uma repetição nos termos freudianos. A repetição da qual tratou Freud pressupõe uma mudança, tanto na forma quanto no momento da irrupção do passado no presente, enquanto o holograma constitui-se como simulação (como será argumentado) até mesmo se comparada à indesejável compulsão à repetição, pois é uma duplicação. Da mesma forma, a elaboração é uma criação, um “trabalho através” definido como um empenho penoso e exaustivo de superação das resistências e libertação de mecanismos repetitivos (Freud 2010, 155) que não toma, porém, um formato definitivo.

Ao tratar de arquivos digitais como o Roy Rosenzweig Center for History and New Media, Silveira (2018) afirma que a dependência do trauma para conceituar eventos históricos contemporâneos faz com que esses arquivos funcionem como memoriais. Esses memoriais se relacionariam não com o futuro, a transição ou a mudança, mas com o presente e a permanência. O principal operador do presentismo, segundo Hartog (2022, 22), seria justamente a condição digital que induz e provoca rápidas mudanças em diversos setores da sociedade e está dividida em um tempo tão curto (medido por nanosegundos) que quase desaparece e um tempo tão longo que escapa à representação. O mesmo tipo de presentismo criticado por Hartog e Gumbrecht é retomado por Deile (2022) para apontar para uma espécie de ocupação temporal característica do desejo de ocupar vozes do passado como memória: conquistaríamos passado e presente a fim de ampliar a nossa presença que não nos parece suficiente. Cada vez mais, o presentismo tudo devoraria de acordo com suas regras, limitando a exploração do passado para as necessidades do presente (Deile 2022, 60). O que ele propõe é um presentismo ofensivo, uma ocupação positiva dos limites do presente que não significaria um presente cada vez mais amplo, mas uma suspensão da expansão em direção ao passado e ao futuro e uma “permissão” para que o passado passe, afinal muitas das formas de memória e comemoração seriam nada mais que uma forma sancionada de invasão que levaria as pessoas à ilusão de que com aquilo algo aprenderam (Deile 2022, 63). A busca seria por dar sentido à existência no momento marcado por um presente amplo, de simultaneidades em expansão (Gumbrecht 2014, 129). Gumbrecht apresenta o cronótopo da vida globalizada do século XXI como algo ainda não nomeado,

mas tomado por um presente amplo que se caracteriza, entre outras coisas, por tornar o pensar sinônimo de fazer circular conhecimentos: não há porquê ou como se deter. Esse amplo presente suscitaria um especial desejo de presença (Gumbrecht 2014, 141).

PRESENÇA *o real e o simulado*

Gualeni (2015, 43-44) define a simulação como um tipo de experiência digital possível que supera as limitações cognitivas e interativas inerentes ao ser humano. As simulações não necessariamente têm relação com o que comumente é chamado de “mundo real”, proporcionando experiências em mundos virtuais alternativos. Elas também podem ser usadas como tecnologias de treinamento, permitindo que profissionais ganhem experiência sem causar danos a outras pessoas ou equipamentos. Assim, as simulações podem encenar circunstâncias que poderiam acontecer, mas não são mais possíveis, como uma conversa com um sobrevivente do Holocausto. Independentemente do objetivo, essas simulações em primeira-pessoa exploradas em novas possibilidades de mídias visam a autenticidade de uma experiência afetiva. Agnew (2022, 263-264) chamou de reconstituição digital (*digital reenactment*) as tentativas de proporcionar experiências em que as pessoas adquiririam conhecimento histórico ao (re)experienciar o passado, o que se baseia na ideia de que a experiência presente teria uma relação metonímica com esse passado. A reencenação parte de uma alegação de conhecimento baseada no que pode ser visto e funcionaria, nesse sentido, como um paralelo temporal não isento de problemas de evidência ou interpretação.

Sejam entendidos como simulações digitais ou reconstituições digitais, torna-se evidente que há uma necessária conexão entre os hologramas e a realidade. Ao contrário de outros tipos de simulação, como alguns jogos de videogame, os hologramas não buscam possibilitar uma vivência em um mundo alternativo e, sim, expandir temporalmente uma possibilidade deste mundo. Gualeni (2015, 53) afastou as definições de mundos e de realidade, de modo que seja possível falar em mundos virtuais, mas não sem questionar a caracterização do que é real para além daquilo que possui alguma “estabilidade ontológica” e além da descrição da realidade simplesmente como algo que está fisicamente presente. Retomando Heidegger, o autor lembra que a realidade reconhecida pelos humanos como ontologicamente presente está sujeita às nossas limitações e não corresponde ao espectro total do que é real e propõe, assim, a realidade como indicação do nível mais básico da existência, “o pano de fundo fundamental para a percepção dos fenômenos e o desenvolvimento de ontologias”. Isso permitiria que mundos indexados como reais (*actual worlds*) pudessem ser categorizados em estruturas ontológicas e não simplesmente reconhecidos como potenciais ou possíveis, viabilizando a definição de realidade como aquilo que é imediato (Gualeni 2015, 54).

Kleinberg (2013) chamou de paradigma teórico o uso na noção de presença como tendência na filosofia da história. Como uma ferramenta teórica, a presença serviria para a tentativa de compreensão das maneiras pelas quais o passado literalmente se encontra no presente de forma significativa e material. Segundo Gumbrecht (2015, 9), apesar de nossa atenção, cotidiana e acadêmica, estar voltada para a interpretação e o sentido, a dimensão da presença apareceria

como uma teimosa insistência. Por presença, quis dizer daquilo que nos toca, que tem substância. Runia (2006) denominou a presença do passado como o que não reside na história pretendida ou conteúdo metafórico do texto, mas o modo como o passado está presente no presente apesar das intenções do historiador, transfigurando-se em um fenômeno tão importante quanto o do sentido (*meaning*) na história. O que Runia (2006, 26) denominou como “necessidade de presença” pressupõe a busca por um contato com a realidade que está por trás do impulso de todas as formas de comemoração e que não necessariamente busca parar e preservar o tempo, porém surge em face da urgência por reestabelecer o contato diante da iminência do fim da existência de algo. Ele chega a atribuir a essa necessidade de presença a enxurrada de estudos sobre a memória que procedeu o lançamento de *Les Lieux de Mémoire* (1984) de Pierre Nora. Tal necessidade seria um sintoma da determinação de explicar o problema da continuidade e descontinuidade na história, ou como o passado, irremediavelmente desaparecido, pode parecer mais real do que o nosso presente (Runia 2006, 3-5). A metonímia serviria, então, como uma ferramenta adequada para lidar com a questão da descontinuidade e da necessidade de presença, funcionando como o tropo da presença na ausência, “uma metáfora para o entrelaçamento de continuidade e descontinuidade” (Runia 2006, 6)³.

Kleinberg (2013, 10-13) entende a crítica de Gumbrecht, Ankersmit e Runia, entre outros, a autores integrados à chamada virada linguística, como uma espécie de retorno do real, indo da linguagem para a experiência, em resposta a uma suposta alienação do passado consequência da “cultura de interpretação” (Gumbrecht 2004, 7) ou do “auge da metahistoriografia” (Runia 2006, 3). Esse retorno exigiria um afastamento das infinitas interpretações possibilitadas pela teoria rumo a uma forma de se relacionar com o passado baseada no contato, ou seja, no acesso não mediado ao que se pode sentir ou tocar. O paradigma da presença daria forma, portanto, a uma rejeição ao domínio da linguagem, uma tentativa de reunir sentido e real em uma conexão focada na materialidade e não na textualidade. A ascensão da presença como uma categoria histórica pode ser associada a um desejo de manter o passado no presente, tomando a história como um processo contínuo ao mesmo tempo em que se afasta da noção de um passado construído rumo a um passado que realmente existe (Kleinberg 2013, 12). Dessa forma, o desejo de presença pode ser visto como uma busca por estabilidade. Para Runia (2003, 5), o que se manifesta na propensão à comemorações, nos memoriais, nos monumentos, no fascínio pela memória em geral, não é sequer a busca por um sentido, mas o desejo de presença, de estar em contato com a realidade (do passado).

Runia (2006, 8) faz um paralelo curioso entre a sua defesa da tentativa de trazer o passado para o presente e o modo como Freud passou a abordar o passado de seus pacientes. Freud, segundo ele, teria se voltado para um presentismo radical ao parar de se dirigir ao passado e explorar os sintomas e a transferência no encontro analítico. Essa mudança de foco, do passado para o presente, mostraria como é possível não começar com a história e, ainda assim, culminar nela através de aspectos do presente que não poderiam ser desvelados senão voltando-se para o passado. A comparação interessa ao evidenciar que o passado não simplesmente passa, mas – especialmente em se tratando de um passado traumático – retorna e se mostra no presente. Há um passado que não pode ser lembrado, tampouco parecer poder ser esquecido e, assim, é notado de

³ Runia considera toda a historiografia essencialmente metonímica, diferente de White que, segundo ele, faz uma redução injustificada do conceito (Runia 2006, 29).

formas variadas no processo de análise. Se pensarmos na relação passado-presente na psicanálise, entretanto, uma presença do passado poderia se associar muito mais ao momento da repetição do que ao da elaboração. Tomando a vivência de um evento traumático como exemplo, o trauma seria um estímulo absurdo demais para ser apreendido pelos mecanismos simbólicos disponíveis, ou seja, um impeditivo à elaboração imediata de um evento (Freud 2014, 299), gerando um padrão de sofrimento persistente que pode ser notado principalmente em sonhos e repetições (reencenações) persistentes. Repetem-se, no momento da análise, os mesmos sintomas os quais levaram o paciente a buscar ajuda. Não é exposto um fato novo, mas uma condição antiga que não configura simplesmente um “assunto histórico”, mas algo atual e real, sobre a qual seria possível agir a partir de uma “recondução ao passado”. O papel do analista, nesse contexto, seria o de tornar as resistências conscientes para que o analisando pudesse, enfim, preencher as lacunas da recordação e parar de repetir (Freud 2010, 148). O ponto de estranhamento é precisamente este: a elaboração (*Durcharbeitung*) é uma forma de produção de sentido que se dá a partir da intersecção entre passado e presente – uma vez que o primeiro passo é a tomada de consciência da presença desse passado –, mas que permite o fim da repetição, pois produz-se algo novo que dispensa a insurgência daquele passado na forma de sintoma e passa, necessariamente, pela linguagem. A elaboração é um trabalho que exige escuta e narração, lembrança e transformação.

Segundo Runia (2014, 126), é o grau de descontinuidade, e não a extensão da destruição e da morte, que torna um evento traumático. Pensar um evento traumático como um evento que emerge em desacordo com o mundo (ou a visão desse mundo) do qual deriva se aproxima da visão freudiana do trauma e da leitura de historiadores (como Saul Friedländer ou Dominick LaCapra) que adotaram conceitos psicanalíticos para lidar com as grandes catástrofes do século XX, em especial a Shoah. O foco na representação, entretanto, não é bem recebido, pois o debate acabaria focando nas palavras e não nos horrores (Runia 2006, 3), o que pouco contribuiria para chegar a um acordo com um evento traumático, ou seja, estabelecer uma visão de mundo em que ele deixe de ser impossível (Runia 2014, 126). Esses eventos traumáticos – incluídos no que Runia denominou de eventos sublimes (imprevisíveis e inimagináveis) –, geraria em nós o desejo de comemorar, de visitar lugares onde tudo aconteceu mesmo que não tenhamos ligação pessoal com esses eventos e lugares. Seguindo seu argumento, não seria a memória uma abordagem distinta da história, mas a comemoração. Quando o objetivo de assimilar o sentido o passado não mais basta, é preciso sentir a sua presença.

Esses eventos sublimes, realizados por pessoas, gerariam o questionamento acerca de quem seríamos nós, os seres capazes de cometer tais atos. Uma das teses de Runia (2014, 9) em relação à comemoração é a de que quando mais comemoramos “o que fizemos”, mais nos transformamos em pessoas que não fizeram. É possível pensar os testemunhos em forma de hologramas como uma face dessa necessidade de presença em oposição à busca pelo sentido, pela compreensão do que aconteceu. Além disso, o projeto possui um objetivo didático: é disponibilizado um material educacional completo para professores indicando como usar os hologramas em sala de aula, o que faz com que, em tese, os hologramas unam a busca pelo sentido do passado à necessidade de contato real com esse passado. Os propósitos parecem, a princípio, se encontrar na velha máxima de que Auschwitz não se repita. Os hologramas, no entanto, não são um passado real que retorna ou que não passou, mas uma

simulação em forma de repetição. Eles podem, de fato, partir de uma necessidade de presença, da vontade de comemorar um evento sublime, mas podem também ser a própria tentativa de inserir esse passado no presente. Os hologramas surgem como uma oportunidade educacional, eles existem com uma função clara e pré-estabelecida de fazer com que os sofrimentos tolerados pelos sobreviventes não sejam esquecidos pelas gerações não contemporâneas a esses sobreviventes e por isso recorrem à simulação para gerar uma resposta afetiva supostamente mais eficaz do que um filme 2D sem possibilidade de interação. Como nota Kleinberg, a presença, como concebida por pensadores como Runia, Ankersmit, Gumbrecht e Domanska, tem o foco no presente material, de modo que a presença é sempre definidora da ausência e nunca o contrário. Diferentemente da temporalidade a-histórica própria de um *setting* analítico, onde o passado se manifesta no presente como reencenação inconsciente, com os hologramas o passado é transposto para o presente por mais que os afetos mobilizados na interação tornem-se reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é um primeiro esboço de uma argumentação em resposta a inúmeras discussões necessárias que o meu recente contato com hologramas de sobreviventes suscitou. O projeto *New Dimensions in Testimony* gera, indiscutivelmente, questões éticas para as quais não arrisco aventar uma resposta ainda, mas também questões em relação à sua categorização nos limites da história e sua utilidade como ferramenta para a educação. Seja nos termos de uma presença do passado no presente, de uma invasão do presente no passado, ou de uma nova “contemporaneidade do não contemporâneo”, os hologramas configuram um excesso. São certamente um recurso tecnológico bastante sofisticado que parece, no entanto, dever sua existência mais à possibilidade do que à necessidade. Agora está claro que é possível preservar as memórias de um sobrevivente de um modo que se possa interagir com elas no futuro, mas é discutível se esse novo formato gera uma reação emocional ou uma possibilidade didática em algo superior a outras formas de contato com testemunhos.

No site da USC Shoah Foundation, um artigo de 2015 descreve que, das centenas de estudantes e frequentadores do Illinois Holocaust Museum & Education Center que participaram da, à época piloto, demonstração dos hologramas, muitos relataram a experiência como envolvente e poderosa, além de se sentirem mais à vontade para fazer perguntas ao Pinchas virtual do que a um sobrevivente real (Anita... 2022). Ora, tal afirmação não desbancaria o pretensão objetivo de tornar presente o passado pela via do virtual? Ou mesmo de gerar uma resposta mais empática? Certamente Gumbrecht e Runia não tinham em mente a possibilidade de interação com alguém que sobreviveu ao Holocausto, mas já não vive mais, quando defenderam a “presença”. Os hologramas são uma espécie de presença, bem como um fruto da ânsia por alguma presença quando a narrativa histórica parece não mais bastar. Essa busca pela presença pode ser atribuída ao esgotamento das possibilidades do passado diante de um presente amplo. Destaco, porém, não tanto a origem ou a causa e, sim, a radicalização do não pertencimento do passado como presença na forma holográfica. As histórias contadas pelos hologramas podem ser repetidas, mas nunca alteradas: as respostas dadas sempre serão as mesmas.

Na esteira do presentismo, o atualismo (Araújo; Pereira 2019) se apresenta também como alternativa ao regime de historicidade moderno. O atualismo, no entanto, tem sua ênfase nas experiências engendradas nos ambientes digitais. Nesse contexto de velocidade e aceleração dos processos cotidianos e culturais, o presente se torna ainda mais o determinante das demais dimensões temporais: passado e futuro não são mais do que funções do presente, seja pelo consumo da memória que acaba tomando a forma de produto descolado do passado, ou pelo consumo desenfreado de novidades que obstruem o horizonte de um verdadeiro futuro. Aqui, futuro e passado são constantemente atualizados em um presente digitalmente mediado. É nesse universo digital que predominam complexas simultaneidades, de modo que o atualismo pode ser experienciado como a convicção de que a realidade pode ser reproduzida. É ao exemplificar com um caso de perda de arquivos digitais que os autores apreendem o desespero, uma “perda catastrófica da esperança” diante da possibilidade de que “nos tempos de total disponibilidade, algo possa simplesmente desaparecer” (Araújo; Pereira 2019, 69). Os sobreviventes não são simplesmente um arquivo, mas os portadores de histórias e lições únicas e específicas que, como tudo, podem desaparecer. Há de se questionar se a solução tecnológica pode, de fato, oferecer uma alternativa para o esquecimento consequente da morte, afinal, a própria tecnologia está sujeita à obsolescência. As tecnologias são projetadas de modo que se tornarão inevitavelmente incompatíveis com as mudanças de formato. Assim, talvez a única maneira de preservar e informar sobre uma catástrofe histórica do tipo seja refletindo sobre as limitações da transmissão de uma memória traumática e, mais uma vez, sobre os limites de representação mesmo diante de novas possibilidades.

REFERENCES

- ANITA Lasker Wallfisch Records Interview for New Dimensions in Testimony. *USC Shoah Foundation*, 25 set. 2015. Disponível em: <https://sfi.usc.edu/news/2015/09/10073-anita-lasker-wallfisch-records-interview-new-dimensions-testimony>. Accessed in: 14 set. 2022.
- AGNEW, Vanessa. Lines of sight: The historical certitude of digital reenactment. In: SIMON, Zoltán Boldizsár; DEILE, Lars (Ed). *Historical Understanding: Past, Present and Future*. London: Bloomsbury Academic, 2022.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BRAGA, Sabrina Costa. *O paradigma da Shoah e a historiografia: memória e testemunho sob a ótica do trauma*. 2022. 175f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2022.
- DEILE, Lars. Favoring an offensive presentism. In: SIMON, Zoltán Boldizsár; DEILE, Lars (Ed). *Historical Understanding: Past, Present and Future*. London: Bloomsbury Academic, 2022.
- FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)*. Obras completas. Tradução de Sérgio Tellaroli. v. 13. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- FREUD, Sigmund. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("o caso Schreber")*, *Artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. Obras completas. Tradução de Paulo César de Souza. v. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GHOSH, Ranjan; KLEINBERG, Ethan (Ed). *Presence: Philosophy, History, and Cultural Theory for the Twenty-First Century*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- GUALENI, Stefano. *Virtual Worlds as Philosophical Tools: How to Philosophize with a Digital Hammer*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.
- GUMBRECHT, Hans. *Depois de 1945: latência como origem do presente*. Tradução de Ana Isabel Soares. São Paulo, Editora da Unesp, 2014.
- GUMBRECHT, Hans. *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. Tradução de Na Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- GUMBRECHT, Hans. *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- HARTOG, François. *Evidência da História. O que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- HARTOG, François. The texture of the presente. In: SIMON, Zoltán Boldizsár; DEILE, Lars (Ed). *Historical Understanding: Past, Present and Future*. London: Bloomsbury Academic, 2022.
- KLEINBERG, Ethan. Presence in Absentia. In: GHOSH, Ranjan; KLEINBERG, Ethan. *Presence: Philosophy, History, and Cultural Theory for the Twenty- First Century*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- LACAPRA, Dominick. *History and Memory after Auschwitz*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- RUNIA, Eelco. *Moved by the Past: Discontinuity and Historical Mutation*. New York: Columbia University Press, 2014.
- RUNIA, Eelco. *Presence*. History and Theory, v. 45, n. 1, 2006, p. 1-29.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. From Instant History to the Infinite Archive: Digital Archiving, Memory and the Practical Past at the Roy Rosenzweig Center for History and New Media. *Historein*, v. 17.2, 2018.
- SIMON, Zoltán Boldizsár; DEILE, Lars (Ed). *Historical Understanding: Past, Present and Future*. London: Bloomsbury Academic, 2022.
- SMITH, Stephen. Oral History Turns Holographic. *USC Dornsife*, 28 mar. 2014. Disponível em: <https://dornsife.usc.edu/cagr-news/news/2014/03/4013-oral-history-turns-holographic>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- WIEVIORKA, Annette. *The era of the witness*. Translated by Jared Stark. New York: Cornell University Press, 2006.

Reflexões sobre o Projeto New Dimensions In Testimony
Passado Presente e Presente Ampliado
 Artigo recebido em 15/09/2022 • Aceito em 30/11/2022
 DOI | doi.org/10.5216/rth.v25i2.74066
 Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado